

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA - MG

1

PROVA OBJETIVA - ENSINO SUPERIOR

Cargo: PROCURADOR MUNICIPAL



Processo Seletivo – Nº 04/2025 de 14 de dezembro de 2025

PROVA OBJETIVA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

- este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 20 (vinte) questões objetivas com valor de 5 pontos cada questão de Português, Legislação e Conhecimentos específicos.
- Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta indelével preta ou azul, fabricada em material transparente**.

04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.

05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 alternativas classificadas com as letras (a), (b), (c), (d) só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.

Exemplo:

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa ao lado do seu enunciado.

08 - Será eliminado deste Certame o candidato que:

- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e (ou) similares, gravadores, pen drive, mp3 player e (ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e (ou) similares;
- se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** antes do permitido e (ou) o **Cartão-Resposta** a qualquer tempo;
- se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e (ou) o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
- não assinar a **lista de presença** e (ou) o **Cartão-Resposta**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do local de prova após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início dela.

09 - É recomendável que o candidato reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.

10 - O tempo disponível para esta Prova objetiva é de **2 (duas) horas**, já incluído o tempo para marcação do **Cartão-Resposta**, fendo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.

11 - O candidato só poderá levar o **Caderno de Questões** após decorridas **1 horas** do início da prova.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, no site da **FRONTE CONCURSOS E PROJETOS** (www.fronteprojetos.com.br).

PORTUGUÊS

Texto de Apoio:

A tirania do relógio

A vida moderna nos impôs uma relação paradoxal com o tempo: quanto mais ferramentas temos para economizá-lo, menos parecemos possuí-lo. A tecnologia, que prometia nos libertar das tarefas mecânicas para o ócio criativo, transformou-se em uma coleira digital. O "agora" tornou-se obsoleto antes mesmo de acontecer, atropelado pela notificação seguinte que exige atenção imediata.

Nesse cenário, a pressa deixa de ser uma necessidade circunstancial e passa a ser um estado de espírito, quase uma virtude corporativa. Quem para, pensa; e quem pensa, na lógica da produtividade desenfreada, está perdendo tempo. No entanto, é nos intervalos, no silêncio entre uma tarefa e outra, que a vida realmente acontece e onde a saúde mental respira.

QUESTÃO 01 - Com base na leitura do texto, infere-se que o autor defende a tese de que:

- (A) A tecnologia falhou completamente em seu propósito inicial, devendo ser descartada para a recuperação da qualidade de vida.
- (B) A produtividade corporativa é a única forma viável de organização social, apesar dos efeitos colaterais na saúde mental.
- (C) Existe uma contradição contemporânea onde os avanços tecnológicos, criados para otimizar o tempo, acabaram por intensificar a sensação de falta dele.
- (D) O ócio criativo é uma consequência direta e natural do uso de ferramentas digitais que automatizam tarefas mecânicas.

QUESTÃO 02 - Assinale a alternativa em que o emprego do sinal indicativo de crase **NÃO** está em conformidade com a norma-padrão da Língua Portuguesa:

- (A) À medida que os prazos encurtavam, a tensão na equipe aumentava consideravelmente.
- (B) O diretor referiu-se àquelas propostas antigas que foram arquivadas sem análise prévia.
- (C) O acesso à informação pública é um direito assegurado pela Constituição a todos os cidadãos.
- (D) O novo regulamento da empresa não se aplica à pessoas que foram contratadas antes de 2020.

QUESTÃO 03 - Assinale a alternativa em que a pontuação está empregada de acordo com a norma-padrão, considerando a estrutura sintática do período:

- (A) Os documentos que foram assinados ontem, devem ser enviados ao departamento jurídico, imediatamente.
- (B) Naquela tarde chuvosa de terça-feira, os diretores, reuniram-se para definir, as novas metas anuais.
- (C) O projeto, embora tenha sido aprovado com ressalvas, será executado conforme o cronograma, visando ao cumprimento dos prazos.
- (D) É importante destacar que, a falta de recursos financeiros, inviabilizou a conclusão da obra, no prazo estipulado.

QUESTÃO 04 - Em qual das palavras abaixo o número de **fonemas** é superior ao número de **letras**?

- (A) GUERRA
- (B) TÁXI
- (C) CHUVA
- (D) CAMPO

QUESTÃO 05 - Assinale a alternativa em que a divisão silábica de todas as palavras está **CORRETA**:

- (A) SUB-ES-TI-MAR / P-NEU-MÁ-TI-CO
- (B) FEL-DS-PA-TO / GNO-MO
- (C) AB-RUP-TO / CA-NE-TA
- (D) TUNG-STÊ-NIO / BIS-A-VÔ

QUESTÃO 06 - No trecho "...na lógica da produtividade desenfreada...", o vocábulo destacado recebe acento gráfico por ser proparoxítono. Assinale a alternativa em que a palavra apresentada é acentuada, rigorosamente, pela **mesma regra**:

- (A) Cenário.
- (B) Ínfimo.
- (C) Saúde.
- (D) Insuportável.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 07 - A interpretação dos princípios administrativos tem sido ampliada pela doutrina e pela jurisprudência, sobretudo quando se exige que a atuação estatal vá além da legalidade estrita e incorpore elementos de racionalidade, eficiência e boa-fé. Nesse cenário, considere uma situação em que um órgão público, ao revisar um procedimento interno, decide anular atos que estavam formalmente válidos, mas cuja execução gerou efeitos danosos previsíveis ao interesse público e evitáveis com diligência mínima da Administração. A motivação apresentada fundamentou-se na preservação da confiança dos administrados e na necessidade de alinhar o procedimento aos parâmetros constitucionais contemporâneos.

Nessa situação hipotética, o princípio **preponderante** que sustenta a atuação administrativa é:

- (A) Publicidade, pois a Administração deve assegurar a transparência dos atos, especialmente quando há correção de irregularidades formais.
- (B) Boa-fé objetiva administrativa, que obriga o Estado a respeitar expectativas legítimas e a revisar condutas que contrariem a confiança depositada pelos administrados.
- (C) Eficiência, porque qualquer medida destinada a aperfeiçoar resultados é suficiente para autorizar a invalidação de atos já praticados.
- (D) Impessoalidade, que veda favoritismos e fundamenta a revisão de qualquer ato que possa gerar desigualdade material entre os administrados.

QUESTÃO 08 - A Administração Pública, ao manejar seus poderes, deve compatibilizar discricionariedade, vinculação e controle institucional. Suponha que determinada agência reguladora, ao fiscalizar uma concessionária de energia, identifica risco iminente à coletividade e, com fundamento legal, determina a suspensão imediata de parte das operações, mesmo não havendo ainda dano consumado. A empresa sustenta que a medida seria abusiva por limitar sua atividade econômica sem decisão judicial. Considerando a natureza e os limites dos poderes administrativos, a atuação da agência fundamenta-se predominantemente:

- (A) No poder hierárquico, diante da necessidade de garantir disciplina interna e obediência entre entes regulados.
- (B) No poder de polícia, dada a prerrogativa estatal de restringir direitos individuais para prevenir riscos e proteger interesses coletivos.
- (C) No poder disciplinar, pois a agência exerce controle punitivo sobre entidades privadas equiparadas a agentes públicos.
- (D) No poder regulamentar, já que a Administração possui competência para editar normas técnicas vinculantes sempre que houver risco à ordem pública.

QUESTÃO 09 - Determinada autarquia federal, ao revisar contratos antigos, constatou que diversos atos de autorização haviam sido praticados por autoridade que ocupava o cargo de forma irregular, por nomeação posteriormente considerada nula. Contudo, a revisão apontou que tais atos haviam produzido efeitos benéficos, estavam dentro da competência material da autarquia e foram praticados em conformidade com a legislação vigente à época. Em vista disso, discute-se se é possível preservar os atos já praticados, evitando prejuízo a terceiros.

À luz do regime jurídico dos atos administrativos, a preservação dos atos praticados nessa hipótese decorre prioritariamente da aplicação:

- (A) Da teoria do funcionário de fato, que reconhece a validade dos atos praticados por agente irregular quando presentes boa-fé e aparência de legitimidade.
- (B) Da convalidação administrativa, já que todo ato originado de vício de competência pode ser convalidado independentemente de requisitos adicionais.
- (C) Do princípio da autotutela, pois basta a revisão interna para que a Administração decida livremente se manterá ou invalidará atos anteriores.
- (D) Da doutrina dos motivos determinantes, que impede a anulação sempre que o agente tenha indicado fundamento legal, ainda que inexistente.

QUESTÃO 10 - Uma concessionária de transporte municipal decide alterar unilateralmente parte de suas rotas e reduzir a frota em determinados horários, justificando a decisão com base em estudos internos sobre redução de demanda. O município, ao tomar conhecimento, determina que a empresa retorne imediatamente ao serviço contratado, alegando que tais mudanças violam o regime jurídico aplicável. Sob a ótica da prestação adequada do serviço público, a conduta da concessionária:

- (A) É legítima, porque a concessionária possui autonomia técnica plena para redefinir parâmetros operacionais desde que mantenha a continuidade do serviço.
- (B) É ilegítima, porque alterações estruturais no serviço dependem de anuência prévia do poder concedente, sob pena de violação ao princípio da modicidade e da adequação.
- (C) É válida apenas se a concessionária comprovar que a redução da frota não compromete a eficiência do serviço perante os usuários.
- (D) É tolerável, considerando que a concessionária assume o risco do negócio e pode ajustar o serviço conforme variações econômicas sem necessidade de concordância estatal.

QUESTÃO 11 - Em um órgão federal, coexistem empregados públicos regidos pela CLT, servidores estatutários ocupantes de cargos efetivos e agentes temporários contratados para atender necessidade excepcional de interesse público. Durante auditoria, identificou-se que um grupo de temporários vinha desempenhando, há anos, funções permanentes, com supervisão hierárquica e rotina idêntica à dos ocupantes de cargos efetivos. Pergunta-se: diante desse cenário, qual a conclusão juridicamente adequada?

- (A) Os temporários podem adquirir estabilidade excepcional, caso comprovem exercício continuado por mais de três anos.
- (B) Os empregados públicos possuem prioridade de transformação de seus vínculos em cargos efetivos quando comprovado desvio de função institucional.
- (C) Há desvirtuamento da contratação temporária, que não pode ser utilizada para suprir necessidades permanentes da Administração, sob pena de burla ao concurso público.
- (D) Os servidores estatutários podem requerer equiparação remuneratória com os temporários, dada a identidade de tarefas desempenhadas.

QUESTÃO 12 - Considere que um município, ao reestruturar sua administração, extinguiu determinados cargos efetivos e criou funções de confiança destinadas a servidores comissionados, justificando a medida como estratégia de “modernização administrativa”. Entretanto, verificou-se que as funções criadas não se relacionavam com direção, chefia ou assessoramento, mas consistiam em atividades operacionais e permanentes. À luz da Constituição e da doutrina majoritária, tal situação revela:

- (A) Exercício regular da autonomia municipal, que permite ampla liberdade para reorganização funcional da Administração.
- (B) Possibilidade de nomeação discricionária, desde que haja lei formal autorizando a criação de funções públicas.
- (C) Viabilidade jurídica apenas se as funções forem destinadas a servidores efetivos, independentemente da natureza das atribuições.
- (D) Desvio inconstitucional de finalidade, pois funções de confiança não podem substituir cargos efetivos nem assumir tarefas típicas de natureza permanente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 13 - Para a construção de uma nova estação de metro, o Estado necessita incorporar ao seu patrimônio um terreno que atualmente pertence a um particular. Para tal, utiliza-se de um procedimento administrativo pelo qual, fundado na necessidade pública, retira a propriedade do bem do particular de forma compulsória, mediante, em regra, prévia e justa indenização em dinheiro. Esse procedimento é denominado:

- (A) Confisco.
- (B) Servidão Administrativa.
- (C) Desapropriação.
- (D) Requisição Administrativa.

QUESTÃO 14 - João, um cidadão brasileiro, sente-se ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder de uma autoridade. Para proteger o seu direito de ir e vir, a Constituição Federal prevê um remédio constitucional específico e gratuito. Assinale a alternativa que corresponde a esse instrumento:

- (A) Habeas Corpus.
- (B) Mandado de Segurança.
- (C) Habeas Data.
- (D) Ação Popular.

QUESTÃO 15 - A Constituição Federal de 1988 garante o direito de propriedade como um direito fundamental (art. 5º, XXII). No entanto, esse direito não é absoluto. O texto constitucional estabelece expressamente, no inciso seguinte (XXIII), que a propriedade deverá atender:

- (A) Aos interesses exclusivos do Estado.
- (B) À sua função social.
- (C) À vontade ilimitada do proprietário.
- (D) Ao princípio da intransferibilidade.

QUESTÃO 16 - No estudo das formas de desoneração tributária, é essencial distinguir a origem normativa que impede a cobrança do tributo. Enquanto uma figura representa uma limitação à competência tributária prevista diretamente na Constituição, a outra consiste na dispensa do pagamento do tributo prevista em lei infraconstitucional. Assinale a alternativa que correta e respetivamente identifica esses institutos:

- (A) Anistia e Remissão.
- (B) Isenção e Imunidade.
- (C) Não-incidência e Anistia.
- (D) Imunidade e Isenção.

QUESTÃO 17 - Os Juizados Especiais da Fazenda Pública foram criados para agilizar o julgamento de causas de menor complexidade e menor valor contra Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios. Segundo a Lei nº 12.153/2009, a competência desses juizados é absoluta no foro onde estiverem instalados, limitando-se às causas cujo valor não exceda:

- (A) 20 (vinte) salários-mínimos.
- (B) 40 (quarenta) salários-mínimos.
- (C) 60 (sessenta) salários-mínimos.
- (D) 100 (cem) salários-mínimos.

QUESTÃO 20 - O Agente público que, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário, apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio, comete o crime de:

- (A) Peculato.
- (B) Concussão.
- (C) Corrupção Passiva.
- (D) Prevaricação.

QUESTÃO 18 - A Gratificação Natalina, popularmente conhecida como 13º salário, é calculada com base na remuneração devida em dezembro. Para que um mês de trabalho entre no cálculo como "um doze avos" (1/12) integral, o empregado deve ter trabalhado, naquele mês, uma fração igual ou superior a:

- (A) 10 (dez) dias.
- (B) 14 (quatorze) dias.
- (C) 20 (vinte) dias.
- (D) 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 19 - Durante a Audiência de Instrução e Julgamento (AIJ), o juiz deve colher as provas orais seguindo uma ordem preferencial estabelecida no Código de Processo Civil (CPC), salvo se as partes convencionarem de modo diverso. Considerando que todos os tipos de prova oral abaixo foram requeridos e deferidos, quem deve ser ouvido **em primeiro lugar**?

- (A) O autor e o réu (depoimentos pessoais).
- (B) O perito e os assistentes técnicos.
- (C) As testemunhas arroladas pelo autor.
- (D) As testemunhas arroladas pelo réu.